



Universidade de Brasília - UnB  
Instituto de Ciências Humanas - ICH  
Departamento de História - HIS

Beatriz Bastos Rezende

**Mídia como instrumento político:** uma análise do jornal *Tribuna da Imprensa* (RJ)  
na década de 50

Orientador: Prof. Dr. Mateus Gamba Torres

Brasília

2020

BEATRIZ BASTOS REZENDE

**Mídia como instrumento político: uma análise do jornal *Tribuna da Imprensa* (RJ)  
na década de 50**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao Departamento de História, do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade de Brasília - UnB, como requisito à obtenção do grau de licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Mateus Gamba Torres

Brasília

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Gerado mediante os dados fornecidos pelo autor

---

R467 Rezende, Beatriz Bastos.  
Mídia como instrumento político: uma análise do jornal *Tribuna da Imprensa* (RJ) na década de 50 / Beatriz Bastos Rezende. -- Brasília, 2020.  
32 f.: il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso 2 (Graduação - História) - Departamento de História - HIS; Instituto de Ciências Humanas - ICH; Universidade de Brasília - UnB, 2020.

Orientador: Profº. Drº. Mateus Gamba Torres

1. Análise de jornal. 2. Mídia. 3. Tribuna da Imprensa. 4. Governo Vargas. 5. Polarização política. I. Torres, Mateus Gamba, orient. II. Título. III. Autor
-

# SUMÁRIO

<b>SUMÁRIO</b>	<b>4</b>
<b>RESUMO E PALAVRAS-CHAVE</b>	
<b>5</b>	
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>6</b>
<b>VARGAS, O INIMIGO DOS JORNALISTAS</b>	<b>9</b>
O indivíduo político	10
O imaginário em torno do governo e os usos das palavras	15
<b>A IDEIA DE UMA RENOVAÇÃO POLÍTICA</b>	<b>19</b>
O medo da subversão	19
O jornal e os debates sobre o regime democrático e os processos de responsabilidade	25
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>32</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>33</b>

## RESUMO

A presente monografia tem como tema a análise do jornal carioca influente, o *Tribuna da Imprensa*, no contexto segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), com destaque para os três meses que antecedem o suicídio de Getúlio, no dia 24 de agosto de 1954. Dentro desse cenário que polariza o país, no qual foram se intensificando as posições ideológicas antagônicas, o *Tribuna da Imprensa* apresenta-se como grande protagonista da oposição e ganha espaço na esfera pública. O objetivo da pesquisa é compreender as relações entre o jornal e o Governo Vargas, a partir da análise do papel e o posicionamento do periódico no campo institucional, tendo como base a investigação das estratégias de influências ideológicas adotadas pelo próprio jornal, e de que forma penetram na sociedade. Pode-se observar que os temas centrais da oposição foram a corrupção, democracia e liberdade de imprensa. A campanha contra a corrupção, defesa da democracia e a liberdade de imprensa tomam forma de luta anticomunista e Getúlio Vargas torna-se o grande responsável de uma suposta guerra revolucionária no país.

**Palavras-chave:** Governo Vargas, Mídia, Tribuna da Imprensa.

## INTRODUÇÃO

O cenário político que propiciou o retorno de Getúlio Vargas, em 1950 por via eleitoral, era diferente do seu mandato entre 1930 e 1945, agora, era um sistema político aberto e fluido. A mágoa, causada pelo Estado Novo, era o sentimento que prevalecia entre os opositores, e com isso, havia uma forte onda antigetulista. Dentro deste cenário político, será destacado o processo que precedeu o suicídio de Vargas, no mês de agosto de 1954. Dentro dessa conjuntura de instabilidades, intensificaram-se as posições ideológicas antagônicas, gerando assim, uma grande polarização política no país. De um lado, os grupos liberais, conservadores, anticomunistas; e do outro, os grupos de esquerda, getulistas, nacionalistas<sup>1</sup>.

Tendo em vista o período de conturbação política nesse processo, observa-se um ativismo dos jornais e de acirramento de opiniões no que se diz respeito ao governo. Tendências do jornalismo ideológico<sup>2</sup>, como as imprensas nacionalistas/ trabalhistas e imprensas comunistas, assim como de inspiração liberal, ganham força durante essa época, ilustrativamente, citam-se, como exemplo, o jornal liberal *Tribuna da Imprensa*, o jornal governista *Última Hora* e jornais comunistas como *A Classe Operária*. Além disso, a imprensa assume um papel de protagonismo nos acontecimentos políticos, além de desempenharem um papel de intermediário na divulgação de informações sobre o governo para a população, veiculando, desse modo, notícias para a esfera pública<sup>3</sup>.

A presente pesquisa analisa o jornal carioca influente nesse contexto que polariza os campos contra e pró-governo de Vargas, o *Tribuna da Imprensa*, dirigido por Carlos Lacerda, que dialoga com os outros periódicos de oposição e governistas, demonstrando antagonismo entre os veículos de informação que termina por atingir o governo com repercussão junto à população. Entende-se que para analisar o papel político de jornais na esfera pública, é preciso visualizar as estratégias adotadas pelos periódicos na intensa divulgação de informações. Conforme Erik Neveu, nesse momento cria-se um espaço para examinar o processo de influência dos jornalistas sobre as consciências e comportamentos do seu público

---

<sup>1</sup> SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 133-146.

<sup>2</sup> BAHIA, Juarez. **História da Imprensa Brasileira**. 5. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 235-237.

<sup>3</sup> SOARES, Murilo César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. p. 147-148.

leitor, sendo analisada a partir da capacidade do jornalismo de hierarquização e problematização dos acontecimentos dentro da sociedade. Neste momento o jornal modela o conteúdo da notícia, não desconsiderando a imprensa como um reflexo e segmento da própria sociedade em que está inserida<sup>4</sup>.

É necessário também pensar em um possível processo de despolitização da esfera pública, que é marcado pela substituição de um público crítico ativo por um público consumidor passivo e até que ponto as discussões políticas perdem espaço e abrem caminho para as práticas de negociação e interesses privados<sup>5</sup>.

Sendo assim, é preciso entender as motivações que levaram à decisão do ato de publicação de alguma matéria<sup>6</sup>, correspondendo na maioria das vezes a interesses particulares das próprias empresas jornalísticas e seus proprietários. Dentro disso, analisarei os aparatos ideológicos que são utilizados no jornal citado e de que forma penetram na sociedade civil. O pesquisador Luiz Beltrão classifica e elucida as três categorias jornalísticas no Brasil: **1.** jornalismo informativo: desempenha a função de informar; **2.** jornalismo interpretativo: reportagem em profundidade; **3.** jornalismo opinativo: função de orientar. Tendo esse parâmetro em vista, a informação e a opinião contornam o jornalismo. Com isso, a expressão da opinião funciona como um instrumento utilizado para direcionamento ideológico<sup>7</sup>.

Um jornalista circunda a pesquisa, sendo ele: Carlos Lacerda. Lacerda, uma figura pública muito conhecida no recorte histórico entre 1946 até 1964 durante a experiência democrática. Especialmente logo após ter assinado a sua ficha de filiação à UDN (União Democrática Nacional), tendo uma forte influência nas mídias (jornal, rádio e a nascente TV). Sendo dono do periódico *Tribuna da Imprensa*, Lacerda apresenta um discurso de extrema violência dirigido aos seus opositores, especialmente os varguistas.

O recorte temporal corresponde aos três meses que antecedem o suicídio de Getúlio Vargas, no dia 24 de agosto de 1954, tendo como fonte principal o jornal

---

<sup>4</sup> NEVEU, Erik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2006. p. 135-154.

<sup>5</sup> HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 327-384.

<sup>6</sup> LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 118-121.

<sup>7</sup> BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Interpretativo: filosofia e técnica**. Porto Alegre: Sulina, 1976. p. 10-60.

*Tribuna da Imprensa*. Este jornal se encontra disponível na Hemeroteca Digital Brasileira, seção da Biblioteca Nacional Digital, sendo um portal de periódicos nacionais que proporciona ampla consulta, pela internet, ao seu acervo formado especialmente por jornais, revistas, anuários, boletins e publicações seriadas<sup>8</sup>. O eixo principal desta pesquisa compreende as relações entre a imprensa e a política. Analisando o papel e o posicionamento dos periódicos nos âmbitos institucionais, com interesse em estudar e perceber a correlação entre a mídia e as instituições, tendo como base a investigação das estratégias de influências ideológicas adotadas pelo jornal.

Para um estudo desses documentos, debruçar-me-ei em análises sobre o jornal como fonte de pesquisa nesse processo teórico e metodológico, dialogando com os autores Luiz Beltrão, Erik Neveu e Christoph Turcke.

A presente monografia contará com 2 capítulos: no primeiro capítulo, irei me ater à sociologia do jornalismo e suas práticas, bem como a ciência do mecanismo interno dos jornais, relacionados tanto à profissão como ao seu papel político, para o entendimento da esfera pública, e também analisar minuciosamente os discursos e representações do jornal sobre o governo Vargas. E no segundo capítulo, tecerei a relação entre o periódico e sua influência no governo segundo o próprio *Tribuna da Imprensa* e assim, tratar dos mecanismos ideológicos que permeiam as notícias nele publicadas.

---

<sup>8</sup> Acervo digital da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. **Jornal Tribuna da Imprensa**. Rio de Janeiro. 1954. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>> Acesso em: 21 de set. de 2020.

## 1. VARGAS, O INIMIGO DOS JORNALISTAS

A morte do repórter Nestor Moreira, no dia 23 de maio de 1954, pisoteado pela polícia militar do Rio de Janeiro, é o marco inicial do presente trabalho. É com essa notícia que me deparo na edição do dia 24 de maio, ocupando o lugar de manchete no *Tribuna da Imprensa*. Com ela são traçadas ideias e discussões, que permeiam o jornal ao longo de três meses de edições analisados, abrindo espaço para o debate do papel político-social do jornal e práticas utilizadas para adentrar no imaginário da esfera pública, como por exemplo o processo de filtrar e selecionar as notícias e o vocabulário presente nos periódicos.

Os jornalistas e redatores precisam decidir, em pouco tempo, quais notícias querem veicular. Em teoria, o que querem veicular diz respeito, no seu cerne, à coletividade, ao interesse da mesma, que cause o mínimo de empatia pelo outro, ou que apenas chame a atenção. A notícia é aquilo que vale a pena ser comunicado. E o que vale a pena ser comunicado, diz respeito ao público, diz respeito a todos. De forma compreensível, a notícia torna-se palpável. A espetacularização dos acontecimentos, nesse caso, é imprescindível, à medida que deseja tomar forma de algo que se sobressaia.<sup>9</sup> O problema que reside nesta notícia é a ética jornalística, tendo em vista que as notícias são construídas. A mídia, nesse caso, não pode ser vista apenas como mensageira.

A morte do repórter torna-se um espetáculo, desde o momento que a família é entrevistada e o luto toma forma de notícia. A morte aparece no jornal como uma reflexão para o público. A indignação popular em torno da morte traz à tona discursos de "crimes cometidos pelo governo" e aqui aparece a figura do governo como corrupto e assassino, podendo ser visto em duas seções do jornal, voltadas para a opinião pública: *Opinião e Telegramas de Protesto*<sup>10</sup>. A segurança, liberdade e direitos individuais são tidas aqui como pautas principais para pensar nas garantias do cidadão, em contraste com a corrupção e violência no modo de governar.

---

<sup>9</sup> TURCKE, Christoph. **Sociedade Excitada**: filosofia da sensação. Tradução: Antonio A.S. Zuin. Campinas: Ed. UNICAMP, 2010. p. 14-16.

<sup>10</sup> Acervo digital da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. **Jornal Tribuna da Imprensa**. Ed. 1.340. Rio de Janeiro. 1954. p. 04-06. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/154083\\_01/15760](http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/15760)> Acesso em: 21 de set. de 2020.

## 1.1 O indivíduo político

“Não estão ricos como Lutero Vargas, mas não precisam da esmola dos protetores dos assassinos do pai”<sup>11</sup> é o que se lê no final da notícia sobre Nestor Moreira e sua família, após o assassinato do repórter.

Figura 1 - manchete



Fonte: Tribuna da Imprensa, edição 1.340, dia 25 de maio de 1954, manchete.

A “esmola” seria, dentro do contexto, o financiamento da educação dos dois filhos de Nestor Moreira, por parte do governo. O motivo do financiamento seria, segundo o jornal, de “apaziguar a ira popular contra o crime da polícia”. A declaração feita pelo então ministro da Justiça, ao ver do *Tribuna da Imprensa*, é insultuosa à família e a Nestor Moreira. A figura de Lutero Vargas e sua família são comparadas ao caso do repórter. Lutero Vargas, filho de Getúlio Vargas e deputado federal (PTB/DF), é tido como protegido do pai e, logo, do governo.

A família, ao longo do jornal, é trazida para perto. Valores familiares, educação e bons modos são pautas sempre retomadas e associadas à figura

<sup>11</sup> Acervo digital da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. *Jornal Tribuna da Imprensa*. Ed. 1.340. Rio de Janeiro. 1954. p. 01-02. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/154083\\_01/15760](http://memoria.bn.br/DocReader/154083_01/15760)> Acesso em: 21 de set. de 2020.

política de Getúlio. A paternidade e as funções políticas são analisadas e atacadas igualmente e de forma equivalente. Relações familiares e política são traduzidos, no jornal, como grupos oligárquicos dentro do governo, como é possível perceber neste trecho escrito por Carlos Lacerda na edição 1.346, localizado na página quatro<sup>12</sup>:

Figura 2 - trecho do jornal

**A simples idéia de uma união política em Minas, para servir ao Brasil, devia fazer exultar esse jovem político mineiro que ascendeu ao Ministério da Justiça unicamente por obra e graça de seu remoto parentesco com a sra. Vargas. A oligarquia incorpora a parentela a todos os postos e empregos.**

Fonte: Tribuna da Imprensa, 1.346, dia 1 de junho de 1954, página 4.

No texto, Carlos Lacerda fala sobre a “oligarquia que incorpora a parentela a todos os postos e empregos (públicos)”, referindo-se ao então Ministro da Justiça, Tancredo Neves, e sua ligação com Darcy Vargas, esposa de Getúlio.

São perceptíveis as tentativas de desestabilizar o governo por meio de ataques pessoais presentes nos discursos e notícias do jornal, principalmente por Carlos Lacerda. Neste momento é percebido, segundo Erik Neveu, o processo de influência dos jornalistas sobre as consciências e comportamentos do seu público leitor, a partir do momento em que seleciona e modela uma notícia.<sup>13</sup>

Sobre Getúlio, existia uma opinião antiga: “Vargas, oh ele era o pai do pobre, como se costumava dizer pelo rádio, mas sem dúvida ele era verdadeiramente a mãe do rico!”<sup>14</sup>, esse era a ideia pré-concebida sobre o agora presidente eleito. Ela é construída desde a década de 1930 com a população brasileira, por meio de programas de política nacional que asseguravam aos trabalhadores melhores condições de trabalho e acesso à justiça social por meio dos sindicatos, que constituía a política do corporativismo, colocando os interesses privados e o empresariado dentro do jogo político de uma espécie de conciliação

---

<sup>12</sup> Acervo digital da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. **Jornal Tribuna da Imprensa**. Ed. 1.346. Rio de Janeiro. 1954. p.4. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=154083\\_01&pagfis=15862](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=154083_01&pagfis=15862)> Acesso em: 21 de set. de 2020.

<sup>13</sup> NEVEU, Erik. op. cit. p. 135-154.

<sup>14</sup> WOLFE, Joel. “Pai dos pobres’ ou ‘mãe dos ricos’? Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 14, n. 27, 1994. p. 27.

entre classes. A “mãe do rico” se confirmava dentro das práticas corporativistas e conciliatórias.

Neste ano o conjunto de leis referentes ao mundo do trabalho (salário mínimo, férias, limitação de horas de trabalho, segurança, carteira de trabalho, justiça do trabalho, tutela dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho), promulgadas ao longo dos anos foi sistematizado pela Consolidação das Leis do Trabalho. Esta medida representou, de um lado, o atendimento das reivindicações operárias que foram objetivo de imensa luta da categoria por várias décadas e, de outro, o controle através do Estado, das atividades independentes da classe trabalhadora, que acabou perdendo sua autonomia através do controle estatal (CAPELATO, 2006, p. 120).

Durante a década de 1930, com o Estado Novo já consolidado, o governo, com o intuito de formar uma base de apoio ao regime implantado, decretou várias medidas que beneficiavam o trabalhador e operário. Em 1942 é instaurada a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)<sup>15</sup>, significando uma conquista dos trabalhadores e um avanço desta política social.

Getúlio Vargas apresenta-se como símbolo do seu povo e de seu governo, com política de caráter personalista e paternalista. Os laços familiares construídos podem ser percebidos no jornal, numa tentativa de romper com a imagem paternalista de Getúlio, em relação ao povo, utilizando-se de discursos difamatórios íntimos relativos à sua função e responsabilidade parental. É importante salientar que os discursos não têm fontes para tais acusações, sendo apenas de cunho difamatório.

Desde o Estado Novo, no projeto de se construir a identidade para a persona de Vargas passava por forjar a aproximação, por contato direto (cartas, por exemplo) ou indireto (programas de rádio, leis trabalhistas, etc.), do representante de Estado com o povo brasileiro. No sentido de ter uma posição, como a de um pai e uma mãe de cada indivíduo e ao mesmo tempo de todos, nutrida por um programa de zelo e cuidado, mas também de disciplina, é que Vargas busca estabelecer uma base para sua relação de intimidade e confiança com o povo.

Talvez uma das mais úteis ferramentas para decifrar como os trabalhadores se posicionavam em relação a Vargas e seus programas sejam as cartas. [...] mais ainda, essas cartas não somente nos fornecem uma visão de como os trabalhadores consumiam e entendiam os discursos trabalhistas de Vargas como também lhe dão uma amostra de sua popularidade (ou falta

---

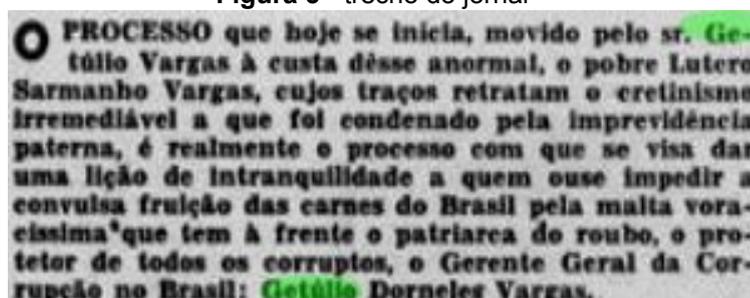
<sup>15</sup> BRASIL, Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm)> . Acesso em: 22 de set. de 2020.

de) neste meio, que mais tarde lhe daria suporte político. Inicialmente, o mais óbvio dessas cartas é o fato de que tantos operários escrevessem a Vargas solicitando sua ajuda. Afinal de contas, ele tinha prometido aos brasileiros que atuaria como “pai dos pobres”. Muitas mulheres, por exemplo, almejavam ajuda para suas famílias. Enedina Cesar de Oliveira Fernandes, do bairro Barra Funda, escreveu contando ter que trabalhar para sustentar seus filhos, pois seu marido não contava com uma renda constante. Como muitas das correspondentes femininas, ela especificamente invocava a reputação de Vargas como “pai dos pobres” e solicitava ajuda do governo federal no sentido de mandar alguns de seus seis filhos para a escola privada (WOLFE, 1994, p. 45-46).

Estas cartas tendem a confirmar o título de Getúlio como “pai dos pobres”. Como forma de participação política popular e escritas pela população majoritariamente pobre, as cartas eram dirigidas diretamente ao presidente, assim como foram ao Imperador Dom Pedro II<sup>16</sup>.

Também não podemos deixar de lado o papel do jornal ao compreender e relacionar esses tipos de paternidade apresentadas, e, de certa forma, como o periódico pode ou tenta romper com esses vínculos afetivos criados e construídos, utilizando-se da posição de Vargas como chefe de família.

**Figura 3** - trecho do jornal



O PROCESSO que hoje se inicia, movido pelo sr. Getúlio Vargas à custa desse anormal, o pobre Lutero Sarmanho Vargas, cujos traços retratam o cretinismo irremediável a que foi condenado pela imprevidência paterna, é realmente o processo com que se visa dar uma lição de intranquilidade a quem ouse impedir a convulsa fruição das carnes do Brasil pela malta voracíssima que tem à frente o patriarca do roubo, o protetor de todos os corruptos, o Gerente Geral da Corrupção no Brasil: **Getúlio Dorneles Vargas**.

Fonte: Tribuna da Imprensa, edição 1.355, dia 11 de junho de 1954, página 4.

Na figura 3, o processo citado é o de denúncia contra Lutero Vargas de ter fraudado o fisco. Lutero é retratado apenas como um reflexo de seu pai e a educação dada por Getúlio. Os “traços de cretinismo” são percebidos como algo irremediável, que o próprio jornal diz, tendo em vista o exemplo do pai. Getúlio é visto como o protetor de seu filho, e, não somente dele, como também de todos os corruptos e “todo o mal desse país”.

**Figura 4** - manchete

---

<sup>16</sup> As cartas escritas pela população pobre a Dom Pedro II eram dirigidas diretamente ao imperador. Apesar de momentos históricos diferentes, a prática ainda permanecia e era dirigida ao chefe da nação.

# **PODE PRESIDIR A REPÚBLICA O PAI DO HOMEM QUE VAI SER INQUIRIDO ?**

Fonte: Tribuna da Imprensa, edição 1.410, dia 14 de agosto de 1954, manchete.

A manchete, figura 4, está relacionada ao atentado da rua Toneleros, em que morreu o major Rubens Florentino Vaz e causou ferimentos ao jornalista Carlos Lacerda, que teve como seu suposto mandante o Lutero Vargas, segundo a confissão do pistoleiro do crime, Alcino João do Nascimento.

Figura 5 - trecho do jornal

**E' preciso, pois, que o povo esteja alerta para que sua indignação não seja utilizada pelos seus inimigos contra os interesses da sua liberdade, e, portanto, da sua própria segurança.**

Fonte: Tribuna da Imprensa, edição 1.339, dia 24 de maio de 1954, página 4.

No trecho de um depoimento de Carlos Lacerda, na figura 5, é tratada a morte do repórter Nestor Moreira e os crimes cometidos pela polícia por ordem de Getúlio. Apesar do jornal alegar a responsabilidade de Getúlio, não havia nenhuma prova de que o mesmo estaria envolvido no crime, apenas o guarda-civil Paulo Ribeiro Peixotto. Estaria sendo preparada então a supressão da liberdade de todos os cidadãos.

Figura 6 - trecho do jornal

**povo. Isto é, sem dúvida, aquilo que se procura renegar quando se trata de dividir o povo para impedir que, pela sua união, êle acorde. O brasileiro será eternamente conservado na tutela do pai dos pobres (risos), na curatela dêsses que nos procuram equiparar aos silvícolas ou aos débeis mentais que a lei protege? Seremos sempre um povo carente de autonomia pelo uso da razão, enquanto não nos convenceremos de que quaisquer que sejam as divergências, por mais forte que seja o choque de interesses entre grupos, há sempre um momento em que uma nação se afirma coesa ou perde o próprio nome de nação. (Muito bem. Palmas)**

Fonte: Tribuna da Imprensa, edição 1.340, dia 25 de maio de 1954, página 4.

Na figura 6, um trecho do pronunciamento feito por Carlos Lacerda numa reunião do Clube da Lanterna, realizada da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). O jornalista fala sobre a “deturpação do passado, da deformação ou da degeneração do regionalismo” pelos oligarcas e dirige sua fala aos trabalhadores para a formação e união de um povo brasileiro. As palavras de Lacerda aparecem como um manifesto ao povo para a busca da união e autonomia pelo uso da razão, com intuito de se desprender das amarras do Estado e crítica ao governo que tenta dividi-lo e tutelá-lo.

Como é possível perceber, o jornal incorpora o discurso de Getúlio como pai de uma nação e traz para perto, como forma também de contrapor, a figura do progenitor, criando um ambiente de retroalimentação. Temos aqui um único pai e todo um povo como seu filho. Um filho que não se sente seguro em sua própria casa. Como poderia Getúlio governar e educar o povo brasileiro, se nem mesmo o seu próprio filho consegue-o? É uma nação órfã de pai.

## 1.2 O imaginário em torno do governo e os usos das palavras

Os vocábulos oligarquia e democracia/violência e liberdade são usados para dialogar nas notícias e reportagens dentro do jornal, a fim de se estabelecer uma dicotomia entre os termos e, ao mesmo tempo, associações.

Uma das razões da força persuasiva dos pares antônimos assimétricos é sua capacidade de liberar determinadas expectativas que já estão postas na sociedade. O julgamento da dualidade inscreve-se numa perspectiva histórica porque permite aos contemporâneos experimentar o processo histórico. Sua eficácia ou não diz dos limites e das expectativas da conjuntura, dos pensamentos e experiências, então, possíveis. O contraponto antecipa o futuro. Como conclui Koselleck, os pares antônimos são índices da consciência histórica de uma época porque revelam as temporalidades inscritas em sua conjuntura (MELLO, 2008, p. 29).

A dicotomia entre termos cria uma espécie de autorreferência dentro da própria narrativa e constitui uma nova cultura política a partir da linguagem e o uso das palavras<sup>17</sup>.

Tendo em vista essa dinâmica de estabelecimento de associações, a dualidade é percebida nos jornais, à medida em que retoma processos políticos, como é o caso da oligarquia. A oligarquia, ou um sistema oligárquico, refere-se a um

---

<sup>17</sup> KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006. p. 191-305.

conjunto de regras e práticas políticas que asseguram o predomínio de um pequeno número de pessoas no controle do Estado.<sup>18</sup> Sistema esse que marca a Primeira República, que se inicia com o golpe em 15 de novembro de 1889, dando fim à Monarquia. *República Velha*, como também é conhecida a Primeira República, estabelece uma relação dicotômica com a Segunda República, mais conhecida como Nova República, montando uma dualidade entre os dois termos, ou seja, um par antônimo assimétrico<sup>19</sup>.

A Segunda República, que se inicia após o movimento político-militar que determinou o fim da Primeira República (1889-1930), originou-se da insatisfação com sistema oligárquico, como também pela parte dos políticos e tenentes que haviam perdido nas eleições de 1930<sup>20</sup>. A oligarquia representaria o atraso social e Getúlio Vargas seria o símbolo de uma ideia nacional, que supostamente transmite e aspira a ruptura com o antigo sistema político, capaz de alcançar o progresso por meio de reformas.

Sem dúvida, a década de 1930 marcou um novo cenário e novos rumos da política nacional, explorando diversos desdobramentos até o ano de 1937, marcado pela implantação do Estado Novo. É possível perceber as ambiguidades do período dentro da disputa no jogo político, tanto de movimentos de continuidade como de ruptura com o antigo poder oligárquico<sup>21</sup>. No entanto, é preciso se ater que dentro da narrativa dos vitoriosos há uma tendência de construir representações que corroboram e reforçam os símbolos revolucionários e de rompimento com as velhas estruturas.

Na década de 1950, o quadro político é outro. Se em 1937 o Congresso Nacional amanheceu cercado por tropas da Polícia Militar e tem Vargas como chefe do Executivo, em 3 de outubro de 1950 Getúlio Vargas é eleito democraticamente pelo povo. E, enquanto na década de 1930 Getúlio simboliza o rompimento com a

---

<sup>18</sup>SISTEMA Oligárquico. CPDOC. 2020. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/glossario/sistema\\_oligarquico](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/glossario/sistema_oligarquico)>. Acesso em: 22 de set. de 2020.

<sup>19</sup> KOSELLECK, Reinhart. op. cit. p. 191-305.

<sup>20</sup>REVOLUÇÃO de 1930. CPDOC. 2020. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/Revolucao30>>. Acesso em: 22 de set. de 2020.

<sup>21</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos de 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida N. (orgs.). **O Brasil republicano 2: o tempo no nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 13-38.

oligarquia, em 1950 Getúlio aparece, pelo jornal, como o grande chefe da estrutura do sistema oligárquico.

O jornal tende a mostrar as práticas oligárquicas de Getúlio e seu governo. Com efeito, a expressão da opinião é utilizada para direcionamento ideológico do jornal.<sup>22</sup> O uso da palavra “oligarquia” é muito frequente, ao lado de “caudilhos” e “regionalismo”, como pode ser visto nos dois trechos de um depoimento feito por Carlos Lacerda:

Figura 7 - trecho do jornal

**Houve tempo em que os tímidos oligarcas do passado pretendiam dominar este país através da deturpação, da deformação ou da degeneração do regionalismo. Hoje, a técnica progrediu: não é mais em torno do regionalismo, característica nacional saudável e até indispensável à unidade nacional que os caudilhos retardatários procuram firmar, com a fraqueza do povo, a sua força incontestável. É nessa espécie de regionalismo ocupacional, nas di-**

Fonte: Tribuna da Imprensa, edição 1.340, dia 25 de maio de 1954, página 4.

A figura 7 trata-se de um trecho de mesma palestra de Carlos Lacerda referida na figura 6, proferida na reunião do Clube da Lanterna, realizada na Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Lacerda fala sobre os antigos oligarcas e suas técnicas de dominação através da deturpação, deformação ou da degeneração do regionalismo, relacionando com o então governo varguista e suas práticas oligárquicas. O caudilho aqui, uma liderança política e militar, é tido como um “retardatário” que busca se firmar pela fraqueza dos brasileiros.

Figura 8 - trecho do jornal

**Eu me permitiria acrescentar que vivemos agora uma meia idade; vivemos, por assim dizer, a difícil fase da adolescência de um povo, a idade das ansiedades sem resposta, a idade de uma angústia indefinida, da qual se aproveitam os caudilhos sobre os quais havíamos passado tranquilamente nessas fases caudilhescas da América do Sul e que nos vêm, com cem anos de atraso, como um fantasma monstruoso, de charuto à boca (risos, Palmas), para dar-se ares de vivente; mas, na realidade, quando muito, quando mais, uma espécie de sonâmbulo da era de Rosas, um retardatário que revive num palácio da rua do Catete (Risos, Palmas) a era em que os homens só importavam aos outros homens na medida em que a eles se submetessem.**

Fonte: Tribuna da Imprensa, edição 1.340, dia 25 de maio de 1954, página 4.

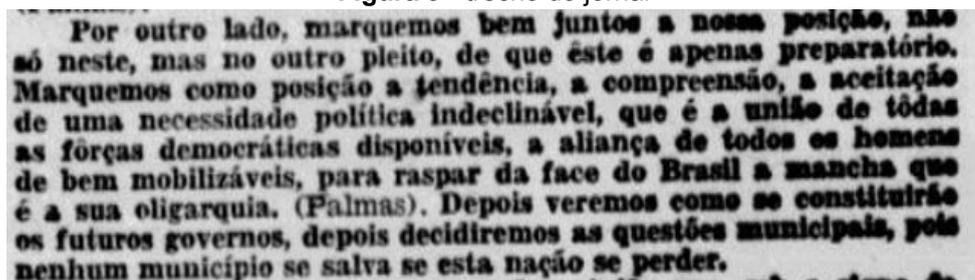
Outro trecho do mesmo discurso de Carlos Lacerda, figura 8, na ABI. O povo é tratado como adolescente: ansioso, angustiado e sem respostas. Segundo o

<sup>22</sup> BELTRÃO, Luiz. op. cit. p. 10-60.

jornalista, os caudilhos aproveitam-se dessa fase do povo para se estabelecer dentro do governo. Lacerda também fala sobre o passado das fases caudilhescas na América do Sul e sobre o “fantasma monstruoso” do caudilhismo, que retorna no corpo de um “retardatário que revive num palácio da rua do Catete, de charuto à boca”, referindo-se ao então presidente Getúlio Vargas.

O fantasma do caudilhismo toma a forma humana de presidente da República. Uma antiga política e forma de governar é associada à pessoa de Getúlio Vargas e sua governança. O uso proposital e constante desses termos no jornal remete ao atraso, que é representado pela figura de Getúlio, apontado diversas vezes como o “chefe” de uma oligarquia instaurada no país. Aqui, a antiga política é a roupa antiga que não nos serve mais, e nela não se tem pano para o progresso. A ruptura com o passado brasileiro e tudo o que ele implica é essencial para vislumbrar um cenário de futuro democrático, com liberdade e sem violência, como aponta o jornal:

Figura 9 - trecho do jornal



Por outro lado, marquemos bem juntos a nossa posição, não só neste, mas no outro pleito, de que este é apenas preparatório. Marquemos como posição a tendência, a compreensão, a aceitação de uma necessidade política indeclinável, que é a união de todas as forças democráticas disponíveis, a aliança de todos os homens de bem mobilizáveis, para raspar da face do Brasil a mancha que é a sua oligarquia. (Palmas). Depois veremos como se constituirão os futuros governos, depois decidiremos as questões municipais, pois nenhum município se salva se esta nação se perder.

Fonte: Tribuna da Imprensa, edição 1.340, dia 25 de maio de 1954, página 4.

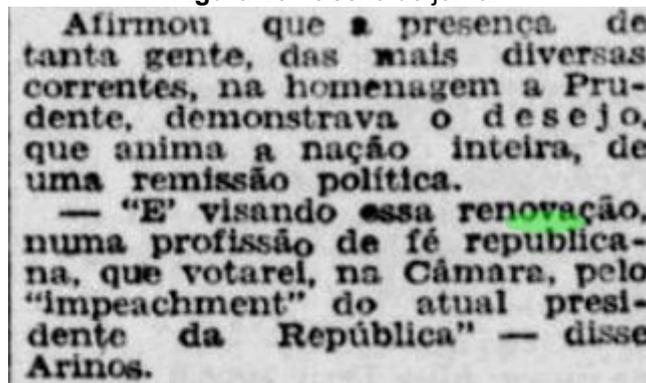
Os termos, então, aparecem de forma pejorativa e num tom de projeto de extinguir e substituir as palavras que são frutos de um passado que insiste em assombrar o país, por aquelas que exprimem o desejo de futuro e progresso. Há, dentro desse intento, algo como se fosse uma necessidade histórica que se estende para além da linguagem e penetra na cultura política. Getúlio seria, no caso, o passado que ainda vive e goza do mesmo. Não poderia ser de forma alguma Getúlio Vargas o nome brasileiro para o futuro.

## 2. A IDEIA DE UMA RENOVAÇÃO POLÍTICA

No jornal *Tribuna da Imprensa*, é sempre mencionado um "plano golpista" do governo varguista, o efeito disto é o vocábulo "golpe" que aparece inúmeras vezes ao longo das edições. Ao lado de golpe, as palavras "violência", "corrupção", "crise" e "liberdade" também são relacionadas a Getúlio e seu governo.

Denúncias contra Vargas, que logo após servem de fundamentação para um impeachment, são fomentadas após a morte do repórter Nestor Moreira e o jornal traz para perto a indignação popular em torno da figura de Getúlio Vargas. O impeachment aparece, no jornal e nos debates na Câmara dos Deputados, como meio para alcançar uma "Nova República", utilizando-se da ideia de uma renovação política, como pode ser visto neste trecho:

Figura 10 - trecho do jornal



Fonte: *Tribuna da Imprensa*, edição 1.350, dia 5 de junho de 1954, página 3.

No trecho do discurso do deputado Afonso Arinos, como bem mostra na figura 10, feito em um almoço em homenagem à Prudente de Moraes Neto, jornalista e escritor. Na ocasião, as instituições democráticas republicanas e a liberdade de imprensa são saudadas por Prudente. É discutida a importância e os meios para defender a República. O impeachment aparece aqui, então, como uma reação contra a degradação, corrupção e irresponsabilidades do governo. Mais que isso, o impeachment necessita de um significado político.

### 2.1. O medo da subversão

Os movimentos revolucionários, assim como os militares e golpistas, que visavam a derrubada de governos, mostraram-se mais constantes no chamado

período republicano, que teve seu início na Proclamação da República, ocorrida no dia 15 de novembro de 1889<sup>23</sup>. Período este que pode ser dividido em quatro espaços de tempo: 1. Primeira República ou República Velha (1889 - 1930); 2. Era Vargas (1930 - 1945); 3. República Nova (1954 - 1964) e 4. Período Militar (1964-1985).

Getúlio Vargas representa, na década de 1930, a liderança de um movimento revolucionário, que visava a derrubada do governo vigente e reformulação do sistema político. Junto de figuras como Osvaldo Aranha, Francisco Campos e o chefe militar tenente-coronel Góes Monteiro, deu-se início a várias ações militares e revoluções nos estados de Rio Grande do Sul, Minas Gerais e alguns estados do nordeste<sup>24</sup>. Getúlio Vargas é o símbolo do movimento de 1930 e da tomada do poder, a qual inicia a Era Vargas.

A experiência revolucionária, segundo Hannah Arendt, é por si só um acontecimento político.

[...] porque as revoluções são os únicos eventos políticos que nos colocam diante do problema dos inícios de uma maneira frontal e inescapável. Pois as revoluções, como quer que queiramos defini-las, não são meras mudanças (ARENDR, 2011, p. 47).

É a única capaz que nos colocar diante do fenômeno da novidade. O conceito de revolução traz a possibilidade de criar espaço para a ação política. Seria a novidade radical<sup>25</sup>.

O conceito moderno de revolução, indissociavelmente ligado à ideia de que o curso da história de repente se inicia de novo, de que está para se desenrolar uma história totalmente nova, uma história jamais narrada ou conhecida antes (ARENDR, 2011, p. 56).

A revolução se coloca como algo original, a qual revela essa condição de transformação. Para Arendt, o evento é algo inédito, imprevisível e ilimitado. A partir do novo, do inusitado e daquilo que é incontrolável, é possível perceber a dificuldade do indivíduo de lidar com esses eventos.<sup>26</sup>

Para o jornal, a ideia de revolução assume forma de tumulto, crise,

---

<sup>23</sup> BORIS, Fausto. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2007. p. 329-463.

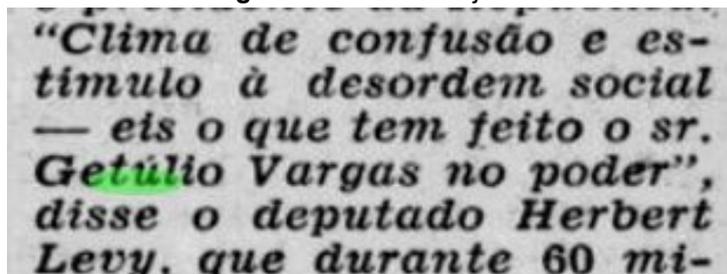
<sup>24</sup> REVOLUÇÃO de 1930. op. cit.

<sup>25</sup> ARENDR, Hannah. **Sobre a revolução**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 17.

<sup>26</sup> ARENDR, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 6. ed. Tradução: Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2011. p. 122.

confusão e desordem social. Getúlio Vargas é a maior representação do imaginário em torno dos movimentos revolucionários, tornando-se o responsável por criar o clima de instabilidade no país, como pode ser visto nestes trechos:

**Figura 11** - trecho do jornal

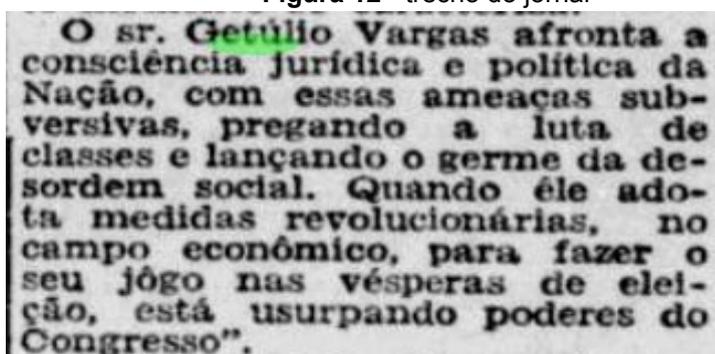


*“Clima de confusão e estímulo à desordem social — eis o que tem feito o sr. Getúlio Vargas no poder”, disse o deputado Herbert Levy, que durante 60 mi-*

Fonte: Tribuna da Imprensa, edição 1.350, dia 5 de junho de 1954, página 1.

Na figura 11, um trecho da denúncia feita pelo deputado Herbert Levy (UDN/DF) contra o presidente da República, na Câmara dos Deputados, acusando-o de criar um clima de confusão e estímulo à desordem social no país. Getúlio Vargas aparece como sinônimo de tumulto. Há a ideia de Vargas como grande ameaça para a nação.

**Figura 12** - trecho do jornal

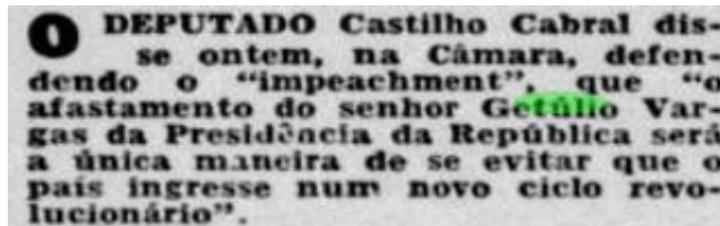


**O sr. Getúlio Vargas afronta a consciência jurídica e política da Nação, com essas ameaças subversivas, pregando a luta de classes e lançando o germe da desordem social. Quando ele adota medidas revolucionárias, no campo econômico, para fazer o seu jogo nas vésperas de eleição, está usurpando poderes do Congresso”.**

Fonte: Tribuna da Imprensa, edição 1.350, dia 5 de junho de 1954, página 3.

O trecho da figura 12 refere-se ainda ao pronunciamento feito por Herbert Levy, dentro dos debates da suspensão das funções de Getúlio Vargas, iniciando a “batalha do impeachment” na Câmara. Getúlio Vargas é considerado subversivo, agitador das massas e estimulador da luta de classes no Brasil, causando uma desordem social.

**Figura 13** - trecho do jornal



DEPUTADO Castilho Cabral disse ontem, na Câmara, defendendo o “impeachment”, que “o afastamento do senhor Getúlio Vargas da Presidência da República será a única maneira de se evitar que o país ingresse num novo ciclo revolucionário”.

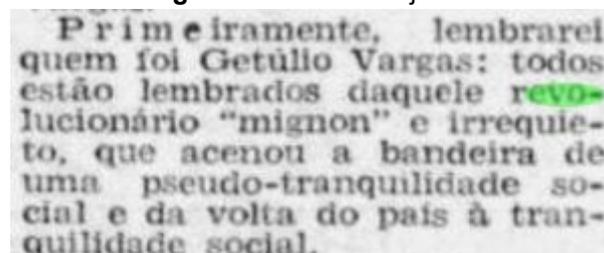
Fonte: Tribuna da Imprensa, edição 1.349, dia 4 de junho de 1954, página 2.

Na figura 13, trata-se de um trecho do discurso do deputado Castilho Cabral, feito na Câmara dos Deputados, defendendo o impeachment do presidente como a “única maneira de se evitar que o país ingresse num novo ciclo revolucionário”.

O diagnóstico, produzido pelos representantes jornal e da oposição, de que Getúlio é a questão central de uma crise política no país alimenta o medo em torno da figura do presidente.

O debate historiográfico entre golpe e revolução sobre a década de 1930 no Brasil, iniciado no final dos anos 1970 a partir de uma revisão historiográfica, são pensadas a partir de uma relação entre os dois termos. As nomeações consagradas de um processo histórico de ruptura política são postos à prova tanto por critério historiográfico ou também por valores ideológicos.<sup>27</sup>A relação entre ambos conceitos é um elemento que pode ser percebido no jornal. Mas há uma diferença importante e de caráter terminológico. As palavras golpe e revolução aparecem e são usadas, ao serem relacionadas a Getúlio Vargas, de forma equivalente.

Figura 14 - trecho do jornal



Primeiramente, lembrarei quem foi Getúlio Vargas: todos estão lembrados daquele revolucionário “mignon” e irrequieto, que acenou a bandeira de uma pseudo-tranquilidade social e da volta do país à tranquilidade social.

Fonte: Tribuna da Imprensa, edição 1.373, dia 2 julho de 1954, página 4.

A figura 14 trata-se de um trecho de uma carta enviada pelo leitor Rubens Cortez Pinto, da cidade de Pelotas no Rio Grande do Sul. O trecho fala sobre a trajetória de Getúlio Vargas, retratado como revolucionário “mignon”, devido à sua estatura, ou talvez por ser alguém que está inserido dentro de uma classe rica e que

<sup>27</sup> NAPOLITANO, Marcos. Golpe de Estado: entre o nome e a coisa. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 33, n. 96, p. 397-420, 2019. p. 402.

não entrou em conflito direto dentro da revolução, e irrequieto, que forjou trazer de volta a paz e estabilidade social no país, colocando aqui o plano de Vargas que não obteve sucesso.

**Figura 15** - subtítulo da notícia

**MEDO DE REVOLUÇÃO**

Fonte: Tribuna da Imprensa, edição 1.348, dia 3 de junho de 1954, página 2.

Subtítulo de uma notícia, acima na figura 15, reflete o medo de uma possível revolução, a qual é representada pela figura de Getúlio Vargas no poder. O medo de uma revolução aparece como um pavor pela baderna, confusão, greves e tudo que possa gerar algum grau de instabilidade para o país. O comunismo apresenta-se como grande símbolo do caos social. Uma luta anticomunista é a legenda utilizada de pano de fundo nos discursos antigetulistas. Porém, é importante salientar o caráter anticomunista na política de Getúlio, com isso, observa-se uma contradição no discurso da oposição.

**Figura 16** - título da notícia

**Suspensão de Getúlio  
para evitar a revolução**  
**“Impeachment”: meio legal de impedir  
a convulsão no país**

Fonte: Tribuna da Imprensa, edição 1.347, dia 2 de junho de 1954, página 3.

Na figura 16, lê-se no título da notícia: “Suspensão de Getúlio para evitar a revolução”, e embaixo em letras menores: “Impeachment: meio legal de impedir a convulsão no país”. É possível perceber o medo de uma convulsão e tumulto no país, causada pela figura de Getúlio no poder, abrindo a possibilidade de uma revolução, sendo apenas através da suspensão de funções de Getúlio capaz de evitar essa revolução. É interessante notar o argumento do impeachment como meio legal, sempre utilizando-se do pressuposto das vias legais para o processo, para não abrir margem para discursos que tentem deslegitimar o impedimento e enquadrá-lo como tentativa de golpe.

**Figura 17** - trecho do jornal

**E' evidente que o governo está em plena ofensiva e os líderes democráticos em plena defensiva. Daí a possibilidade de um golpe de Getúlio e de um golpe contra Getúlio.**

Fonte: Tribuna da Imprensa, edição 1.347, dia 2 de junho de 1954, página 3.

O medo de um golpe pela parte de Getúlio é ainda mais visível na figura 17, e o golpe de Estado pela oposição é ainda mais evidente, como pode ser lido acima quando se coloca que ao mesmo tempo em que o governo está em plena ofensiva, os líderes da oposição, que são chamados de “democráticos, estão na defensiva.” Daí fala-se da possibilidade, então, de um golpe de Getúlio e de um golpe contra Getúlio. O impeachment aqui aparece como uma resposta aos possíveis planos golpistas de Vargas. Seria no caso uma tática de defesa.

**Figura 18** - título de notícia

**Evitar os planos golpistas de Getúlio**

Fonte: Tribuna da Imprensa, edição 1.368, dia 26 de junho de 1954, página 3.

Na figura 18 lê-se no título da notícia: “Evitar os planos golpistas de Getúlio”. O impeachment aparece de novo como peça-chave para evitar um possível golpe de Getúlio, como é especulado.

**Figura 19** - trecho do jornal

**“Não acredito que haja aqui um só deputado que compactue com os arreganhos do sr. Getúlio Vargas na sua trama para violar a Constituição rasgá-la e repetir aquela página triste.**

Fonte: Tribuna da Imprensa, edição 1.364, dia 22 de junho de 1954, página 3.

Na figura 19, o trecho em questão trata-se de um discurso feito pelo deputado Aliomar Baleeiro, na Câmara dos Deputados. No pronunciamento, o deputado fala sobre as tramas de Getúlio contra a nação na violação da Constituição e suas tentativas de golpe de Estado. O deputado também traça o paralelo com o ano de 1937, quando é instaurado o Estado Novo, referindo-se “aquela página triste” no discurso, comparando a conjuntura de 1954 com a de 1937. Ao mesmo tempo em que Vargas é retratado como golpista, também é um revolucionário.

Esse discurso que tende a retratar a figura de Getúlio como ameaça para o próprio país, e anuncia o presidente como o principal responsável de fomentar o

caos social e a subversão, tem na sua essência a legenda antigetulista, que adentra nos debates sobre o impeachment. O impeachment aparece como o único meio possível de interromper o ciclo revolucionário, segundo o jornal, disfarçando uma tentativa de golpe de Estado.

**Figura 20** - subtítulo da notícia

**NÃO SE TRATA DE GOLPE**

Fonte: Tribuna da Imprensa, edição 1.415, dia 20 de agosto de 1954, página 3.

Na figura 20 pode-se observar novamente o contra-argumento sobre a suspensão como legal, e que não se trata de um golpe. O impeachment seria a renovação política. A ruptura com aquela velha oligarquia e o começo de uma nova política. Sem dúvidas, é um cerco montado ao redor do governo Vargas.

## 2.2. O jornal e os debates sobre o regime democrático e processos de responsabilidade

O processo do impedimento das funções de Getúlio Vargas começa então na Câmara dos Deputados, como pode ser visto na figura abaixo:

**Figura 21** - manchete do jornal

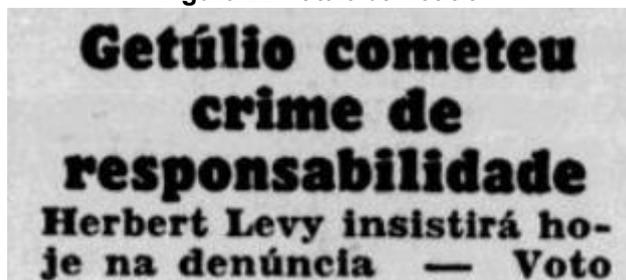
**DECIDE-SE  
NA CÂMARA  
O DESTINO  
DE GETÚLIO**  
COMEÇOU A BATALHA  
DO "IMPEACHMENT"

Fonte: Tribuna da Imprensa, edição 1.350, dia 5 de junho de 1954, página 1.

A manchete do dia 5 de junho de 1954 do jornal *Tribuna da Imprensa*, ilustrada na figura 21, aponta para o começo do processo de impeachment do presidente Getúlio Vargas na Câmara dos Deputados. Esse processo inicia-se depois de uma série de denúncias de deputados, com destaque para Herbert Levy, Afonso Arinos e Castilho Cabral, contra o presidente, alegando crimes de

responsabilidade cometidos por Getúlio e seu governo, como é possível ler nesta notícia:

Figura 22 - título da notícia

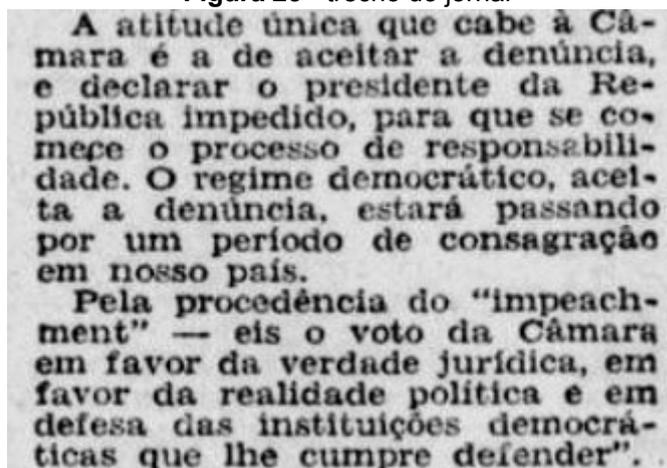


**Getúlio cometeu  
crime de  
responsabilidade**  
**Herbert Levy insistirá ho-  
je na denúncia — Voto**

Fonte: Tribuna da Imprensa, edição 1.340, dia 25 de maio de 1954, página 3.

A denúncia, defendida pelo deputado Herbert Levy no dia 25 de maio de 1954, consiste no adiamento de verbas sem apoio legal e aplicação irregular de verbas. Os “crimes contra o povo” são sempre debatidos, ao longo das edições, no que se refere ao processo do impeachment, sustentados pelo apelo ao regime democrático. Contra Getúlio, havia denúncias de beneficiar o jornal Última Hora. O “caso Última Hora” foram séries de denúncias, feitas pelo jornal *Tribuna da Imprensa*, de que Getúlio Vargas teria mediado a liberação de um empréstimo do Banco do Brasil para que fosse criado o jornal *Última Hora*. Outra denúncia feita pelos jornais oposicionistas foi a de uma suposta aliança de Getúlio Vargas com o presidente argentino Juan Domingo Perón. Vargas é então acusado de traidor nacional por seguir a linha do presidente argentino.

Figura 23 - trecho do jornal



A atitude única que cabe à Câmara é a de aceitar a denúncia, e declarar o presidente da República impedido, para que se comece o processo de responsabilidade. O regime democrático, aceita a denúncia, estará passando por um período de consagração em nosso país.  
Pela procedência do “impeachment” — eis o voto da Câmara em favor da verdade jurídica, em favor da realidade política e em defesa das instituições democráticas que lhe cumpre defender”.

Fonte: Tribuna da Imprensa, edição 1.350, dia 5 de junho de 1954, página 3.

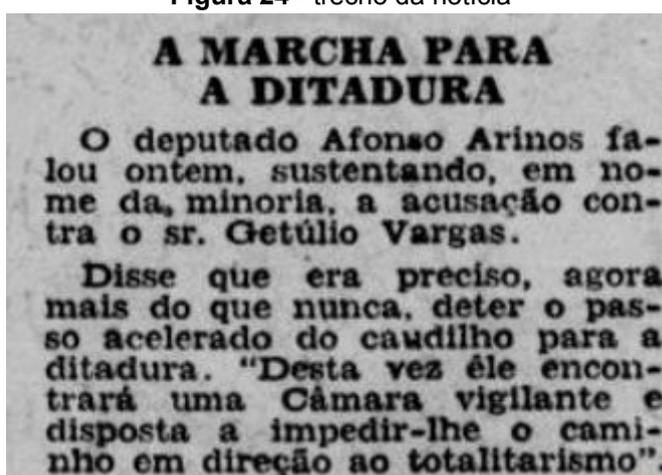
Na figura 23, o trecho de um pronunciamento feito pelo deputado Herbert Levy, o impeachment é o meio para ser reinstaurado o regime democrático no país. Ser a favor do impeachment é ser a favor da verdade jurídica, da realidade

política e das instituições democráticas, conforme o deputado.

Ao longo do processo, é possível perceber nas discussões a tendência de recorrer ao instrumento legal para validar o processo do impeachment. E isso pode ser evidenciado tanto pelas reuniões na Câmara dos Deputados, quanto no próprio jornal, dentro do sistema de escolha das pautas e na forma em que o jornal dialoga com as mesmas.

O impeachment aparece, dentro dos debates, como meio legal para se combater a “marcha do país para a ditadura”, como mostra a notícia:

Figura 24 - trecho da notícia

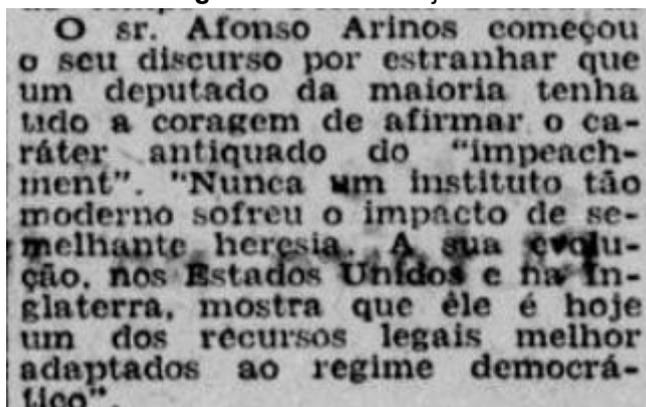


Fonte: Tribuna da Imprensa, 1.359, dia 16 de junho de 1954, página 3.

O trecho da figura 24 refere-se à notícia sobre a votação do impeachment na Câmara dos Deputados e apresenta o pronunciamento do deputado Afonso Arinos. O deputado defende o impeachment, como algo de urgência para impedir o “caudilho”, referindo a Getúlio Vargas. Arinos alega que o presidente tem pretensões de levar o país ao totalitarismo, mas que agora, Getúlio será impedido pela Câmara, referindo-se ao Estado Novo. O totalitarismo aparece como fantasma do passado de Getúlio Vargas, com lembranças de um governo de práticas políticas autoritárias e centralizador. O medo em torno do passado Estado Novo de Vargas é a todo tempo retomado como forma de atribuir associações e semelhanças ao presente.

Na mesma notícia, Afonso Arinos discursa em favor do processo do impeachment como instrumento legal e anunciou o caráter moderno do processo, rebatendo o discurso do deputado Vieira Lins que defendeu o governo e acusou o impeachment de antiquado:

**Figura 25** - trecho do jornal



O sr. Afonso Arinos começou o seu discurso por estranhar que um deputado da maioria tenha tido a coragem de afirmar o caráter antiquado do "impeachment". "Nunca um instituto tão moderno sofreu o impacto de semelhante heresia. A sua evolução, nos Estados Unidos e na Inglaterra, mostra que ele é hoje um dos recursos legais melhor adaptados ao regime democrático".

Fonte: Tribuna da Imprensa, edição 1.359, dia 16 de junho de 1954, página 3.

O interessante de se perceber no trecho do pronunciamento do deputado Afonso Arinos, na figura 25, é a relação feita entre o impeachment e os Estados Unidos e a Inglaterra<sup>28</sup>. Os países aparecem aqui como exemplos de regimes democráticos e são atribuídos a eles uma certa validação quanto os recursos legais, como o impeachment. A única diferença entre os dois países dentro do processo do impeachment e destituição de cargos seria, no caso, o parlamentarismo e o presidencialismo.

**Figura 26** - trecho do jornal

---

<sup>28</sup> O impeachment, criado na Inglaterra e tendo seu primeiro registro em 1376, foi pensado para punir, pelo Parlamento inglês, os ministros do rei (incluindo o primeiro-ministro) que cometiam crimes graves ou contravenções. Entretanto, o recurso do impeachment tornou-se obsoleto na Inglaterra após a Revolução Gloriosa de 1688, estabelecendo as bases da monarquia parlamentarista do país (TEIXEIRA, 2016).

Já aqui, desta tribuna, o nobre deputado Alberto Deodato salientou, com muita propriedade, que se a renúncia e a morte não fossem constitucionais, superfetação inútil seria a própria Constituição haver criado o cargo de vice-presidente da República. Mas essa campanha é ainda dentro do espírito de que estão imbuídos todos os homens da oposição, assim como estão imbuídas as forças armadas do Brasil, o espírito de preservar a Constituição brasileira: essa campanha pela renúncia do sr. Getúlio Vargas, com saliência dos motivos morais e políticos que a aconselham, é uma demonstração de que a oposição não está a procurar golpes, de que à oposição, mais do que ao governo, interessa a manutenção do regime constitucional, apenas expungido daqueles elementos que perturbam a vida do País”.

Fonte: Tribuna da Imprensa, edição 1.415, dia 20 de agosto de 1954, página 3.

A figura 26 trata-se de um trecho do pronunciamento feito pelo deputado Castilho Cabral, na Câmara dos Deputados. O trecho em questão contesta a visão de que o impeachment seria uma tentativa de golpe da oposição. O deputado rebate manifestando o caráter constitucional da renúncia, do impeachment e de uma eventual morte, apontando para o cargo do vice-presidente da República. Cabral traz para perto o dever do brasileiro de preservar a Constituição. A campanha pela renúncia de Getúlio Vargas é tratada como um interesse pela manutenção do regime constitucional, pela parte da oposição, cujo dever é expungir “elementos que perturbam a vida do país”, referindo-se ao presidente. Ao longo da notícia, o deputado constantemente volta a afirmar que a campanha não se trata de um golpe da oposição.

Nos discursos, as instituições democráticas e seus princípios e práticas, como a liberdade de imprensa, são sempre muito exaltadas.

**Figura 27** - trecho do jornal

“Trata-se do reconhecimento pelos altos serviços públicos que o jornalista Carlos Lacerda vem

prestando ao país. Ninguém hoje pode mais desconhecer a importância da colaboração da imprensa na denúncia das negociatas que ultimamente vêm enlameando o governo. E ninguém pode desconhecer que a missão da TRIBUNA DA IMPRENSA e seu bravo diretor tem sido justamente esta: a de denunciar os crimes contra o dinheiro do povo”.

Fonte: Tribuna da Imprensa, edição 1.348, dia 3 de junho de 1954, página 2.

Frequentemente o jornal *Tribuna da Imprensa* e seu dono, Carlos Lacerda, são enaltecidos pelos deputados em seus discursos calorosos, como pode ser visto na figura 27. O trecho trata-se de um pronunciamento feito pelo deputado Adolfo de Oliveira em uma manifestação a Carlos Lacerda, na Assembléia Fluminense. Na ocasião, vinte e dois deputados prestaram uma homenagem ao *Tribuna da Imprensa* e seu diretor. A homenagem refere-se ao reconhecimento pelos altos serviços públicos do jornalista Carlos Lacerda e pelas suas denúncias, através do jornal, contra o governo de Vargas. O deputado anuncia a missão do jornal como a de denunciar os crimes contra o dinheiro do povo brasileiro.

Figura 28 - trecho do jornal

Fazendo-o, não só distinguem um bravo jornalista, como também, em sua pessoa homenageiam o jornal que ele dirige e que se transformou num grande bastião, em defesa dos mais puros princípios democráticos e de condenação aos piores métodos dominantes na vida pública brasileira.

Fonte: Tribuna da Imprensa, edição 1.348, dia 3 de junho de 1954, página 2.

Ainda no pronunciamento feito pelo deputado Adolfo de Oliveira, na ocasião de uma manifestação a Carlos Lacerda, na figura 28 Lacerda é exaltado como jornalista e pessoa por defender os princípios democráticos e condenar a corrupção e violência contra o país.

A figura de Carlos Lacerda e do seu jornal apresentam-se como defensores do Brasil e da democracia e suas instituições. A atuação jornalística toma forma política. A temática da corrupção e violência, no intuito de demonizar o

governo Vargas, é uma das principais características do jornal na década de 1950.

### 3. CONCLUSÃO

Através das análises feitas nas fontes abordadas neste trabalho, o tema central da oposição na tentativa de derrubada do governo Vargas foi a corrupção. A CPI pedida pelos deputados udenistas para o caso do jornal *Última Hora*, instalada em abril de 1953, deu mais destaque para as denúncias de corrupção dentro do governo. Junto com ela, também podemos observar que temas ligados à violência e liberdade de imprensa também foram evidenciados pelo jornal.

Podemos perceber ao longo das edições que o plano moral se destaca. A política é submetida, pelo próprio jornal, ao maniqueísmo. A oposição significava o bem absoluto, que fecha um discurso contra a corrupção, tendo os jornais *Tribuna da Imprensa*, *O Globo* e *O Jornal* dentro da mesma campanha, contra o jornal *Última Hora*. Enquanto este último e tudo que ele encarna representava o mal absoluto.

A campanha contra a corrupção vai além, ela toma forma de campanha pela democracia e pela liberdade de imprensa. A luta anticomunista não era mais apenas um medo disseminado, transforma-se numa questão de segurança nacional. O argumento principal é de que uma guerra revolucionária se espalhava pelo país. O tema da liberdade de imprensa, dentro do cenário anticomunista, ganhava destaque no jornal por passar o discurso de que a liberdade de imprensa estava sendo ameaçada pelo governo, colocando em risco outras liberdades também.

Ora, se uma revolução se alastrava pelo país, quem melhor para ser responsável por tal caso do que o próprio líder de um movimento revolucionário sendo o próprio líder e então presidente da República? O jornal não constrói sozinho a figura de Getúlio, cria-se ferramentas de associação a partir da experiência passada.

Ao mesmo tempo em que a imagem de Getúlio Vargas é construída pelo jornal, a imagem do jornal é construída a partir dos seus discursos e campanhas contra o governo. O *Tribuna da Imprensa* apresenta-se, ao longo do governo Vargas, como condutor da oposição, encabeçando os principais e mais violentos ataques ao governo. A tensão lançada pelos escritos de Carlos Lacerda gerava audiência. É uma relação em que o jornal se alimenta e cada vez mais ganha espaço no âmbito público.

## 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução: Roberto Raposo. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. 6. ed. Tradução: Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2011.

ARENDT, Hannah. **Sobre a revolução**. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BAHIA, Benedito Juarez. **Jornal, História e Técnica**: história da imprensa brasileira, v. 1. 5. ed. Rio de Janeiro: MAUAD Editora, 2009.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo Interpretativo**: filosofia e técnica. Porto Alegre: Sulina, 1976.

BORIS, Fausto. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? *In*: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida N. (orgs.). **O Brasil republicano 2**: o tempo no nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

DE LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo; Contexto, 2005.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. São Paulo: Vértice, 1988.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc - RJ, 2006.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A Modernidade Republicana. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, v. 13, n. 26, p. 15-31, 2009.

NAPOLITANO, Marcos. Golpe de Estado: entre o nome e a coisa. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 33, n. 96, p. 397-420, 2019.

NEVEU, Erik. **Sociologia do jornalismo**. São Paulo: Edições Loyola. 2006.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Os anos de 1930: as incertezas do regime. *In*: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida N. (orgs.). **O Brasil republicano 2: o tempo no nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SOARES, Murilo César. **Representações, jornalismo e a esfera pública democrática**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

TEIXEIRA, Duda. Se os ingleses inventaram o impeachment, por que não o praticam? **Veja**, 2016. Disponível em: <  
<https://veja.abril.com.br/blog/duvidas-universais/se-os-ingleses-inventaram-o-impeachment-por-que-nao-o-praticam/>>. Acesso em 29 de outubro de 2020.

TURCKE, Christoph. **Sociedade Excitada: filosofia da sensação**. Tradução: Antonio A.S. Zuin. Campinas: Ed. UNICAMP, 2010.

WOLFE, Joel. “‘Pai dos pobres’ ou ‘mãe dos ricos’? Getúlio Vargas, industriários e construções de classe, sexo e populismo em São Paulo, 1930-1954”. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 31, 1994.